



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Competência Moral:

os desafios no contexto escolar

Elen Daiane Quartaroli Fernandes;
Raul Aragão Martins

FERNANDES, E. D. Q.; MARTINS, R. A. Competência Moral: os desafios no contexto escolar. *In*: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral: propostas e dilemas para discussão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 283-298. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p283-298>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

COMPETÊNCIA MORAL: OS DESAFIOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Elen Daiane Quartaroli Fernandes

Raul Aragão Martins

Introdução

O cotidiano de uma escola pode ser marcado por uma série de desafios que parecem corriqueiros, mas que precisam ser enfrentados por professores e gestores diariamente. Alguns dos problemas mais comuns, estão pautados nos conflitos interpessoais, na indisciplina, nas agressões entre os alunos, no desrespeito às autoridades, enfim, às situações que necessitam de intervenções e que provocam reflexões acerca da importância da educação no desenvolvimento moral dos indivíduos e da prática educacional despendida para isso.

Haja vista a realidade escolar atual, observa-se que, nem sempre, esses problemas são solucionados pacificamente ou de forma equilibrada pelos profissionais da educação e isso, reflete diretamente no comportamento dos alunos, contribuindo, para que eles tenham dificuldades em encontrar formas pacíficas e justas diante dos seus desentendimentos. Estudos que abordam moralidade e educação vêm

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p283-298>

destacando a escola como um importante espaço para o desenvolvimento moral dos sujeitos, enfatizando que, valores como justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática, por exemplo, devem ocupar um lugar especial nas discussões dentro desse ambiente (MARQUES; TAVARES; MENIN, 2019).

Dada a relevância dessa temática para o contexto educacional, que deve viabilizar a formação para a cidadania e com base no cenário escolar atual, surgem alguns questionamentos. Por que os alunos ainda resolvem os seus mais variados conflitos utilizando de violência física ou verbal? Por que há tantas dificuldades em viabilizar discussões, em que os sujeitos consigam expressar suas opiniões sem se agredirem ou sem recorrerem somente à submissão pelas autoridades escolares? Como a escola pode promover o desenvolvimento da competência moral de seus alunos? Quais os desafios que ela enfrenta para isso? Através de estudos que discutem a importância da moralidade para uma sociedade democrática e de como a educação pode fomentar essa temática, torna-se necessário refletir acerca da moral humana e de como ela vem sendo abordada no ambiente escolar.

Sabemos que há uma preocupação em diminuir a violência entre os alunos como forma de resolução de conflitos interpessoais. Isso demonstra-se um desafio a ser superado, pois os métodos mais utilizados ainda são a repetição de frases, como: “não pode bater”, “não pode xingar”, “é preciso respeitar o outro”, “dialogar”, enfim, é preciso “conviver”, “cooperar”, “ser amigo”. Além disso, têm as punições, como as suspensões das aulas, ser retirado da sala ou ficar sem recreio. Situações como estas, parecem ser comuns nas mais variadas escolas, sejam elas públicas ou privadas e isso traz a ideia, de que o desenvolvimento moral independe da classe social. Feitosa *et al.* (2013) com base nas teorias da moralidade e nos estudos de Piaget, Kohlberg e Lind, apontam que a educação deve

incentivar a formação dos princípios necessários para o bem-estar geral e para a solução de conflitos sem violência. A educação moral não pode ser uma doutrinação de valores, mas deve ser reconhecida como uma capacidade do indivíduo e deve ser promovida por pais e professores desde a infância (LIND, 2016).

No que tange ao desenvolvimento moral na escola, principalmente sobre as relações interpessoais, sabe-se que o ambiente escolar influencia diretamente nos discursos e comportamentos apresentados pelos educandos. Não é exagerado pensar que, se queremos em nossa sociedade cidadãos mais críticos, autônomos e conscientes, é preciso começar a formá-los desde os primeiros anos escolares, para que quando adultos, tenham condições de manifestar discursos mais democráticos e atitudes mais justas e humanas. Após investigações científicas sobre moralidade, entende-se que há uma complexidade nessa temática que não pode ser reduzida a uma questão de valoração. Não basta querer ser moral ou democrático para sê-lo. Lind (2016), discute em seus estudos sobre a necessidade de os sujeitos desenvolverem uma competência moral para resolverem seus problemas e conflitos com base em princípios morais, pacificamente, para viverem em uma sociedade livre. Sob essa ótica, é possível afirmar que vivemos em uma dicotomia social em que a maioria das pessoas desejam fazer o bem, mas os ideais morais para alcançar esse fim, possui diversas variantes.

Partindo do pressuposto de que, por meio da educação pode-se favorecer o desenvolvimento da competência moral e que o ambiente escolar é propício para isso, o objetivo desse capítulo é fazer uma reflexão acerca da temática, considerando, à luz da teoria, alguns desafios que a escola vem enfrentando sobre a formação moral dos sujeitos para que eles

sejam justos, pacíficos e possam conviver em sociedade, tornando-a de fato democrática.

A moralidade no contexto escolar

A educação brasileira, ao longo de sua trajetória, passou por uma série de modificações em termos de políticas públicas. Essas mudanças predizem a formação integral do sujeito em sua totalidade humana, considerando princípios éticos, políticos e estéticos, na busca de construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018). Esses preceitos, apesar de terem sido reeditados recentemente na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, já vem sendo discutidos há tempos por pesquisadores que estudam o desenvolvimento moral (como por exemplo, PIAGET, 1930/1992; KOHLBERG, 1992; BIAGGIO, 2002; TOGNETTA; ASSIS, 2006; LA TAILLE, 2007; VINHA; TOGNETTA, 2009; BATAGLIA, 2010; BATAGLIA; MORAIS; LEPRE, 2010; LEPRE, 2015; MORAIS; ASSIS, 2015; MARQUES; TAVARES; MENIN, 2019).

A moral é essencial para manter e desenvolver uma sociedade democrática e viabilizar a vida em conjunto. Em concordância, Lind (2016) diz que a educação não só representa o elemento que permite manejar a informação, conduzir conhecimentos e desenvolver habilidades técnicas. Ela também promove a formação de capacidades morais e democráticas. É necessário fomentar isso na escola para que seus sujeitos sejam capazes de resolver seus problemas, conflitos e dilemas de forma racional. Contudo, deve haver o preparo adequado dos profissionais da educação para que, de fato, o desenvolvimento moral ocorra.

Quando falamos em moralidade, é importante considerar que, conforme Piaget (1932/1994, p. 23) afirma, “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Nessa perspectiva, a escola torna-se um ambiente favorável para pesquisas que buscam entender como se dá o processo de formação moral do sujeito. Dentro da escola, considerar disponibilidades afetivas e ativas dos alunos ainda parece distante quando falamos sobre as regras. Vinha e Tognetta (2009) concordam que, ao nos relacionarmos uns com os outros, as regras são fundamentais para garantirem a harmonia do convívio social, mas para Piaget (1994[1932]), o importante não é a regra em si, mas o porquê precisamos segui-la, pois o valor moral não está em obedecer a uma norma preestabelecida socialmente e sim, no princípio que levou o sujeito à ação, isto é, na intenção dele.

No texto “Procedimentos de Educação Moral”, Piaget (1930, p. 02-03), considera que “nenhuma realidade moral é inata” e, para que ela se constitua, é necessário que haja uma normatização através das relações entre os indivíduos. Ele complementa que “[...] são as relações que se constituem entre a criança e o adulto, ou entre ela e seus semelhantes que a levarão a tomar consciência do dever e colocar, acima de seu eu, essa realidade normativa na qual a moral consiste”. Em virtude disso, no livro *O Juízo Moral na Criança* (1994[1932]), Piaget objetivou estudar o juízo moral e trouxe estudos acerca da prática e consciência das regras, que apontam para a existência de tendências na evolução do julgamento moral, a primeira é a heteronomia, voltada para regras e vontades alheias e a segunda, é a autonomia, que se volta para compreensões próprias.

Na mesma direção, Kohlberg (1992), fala que o desenvolvimento da moralidade está ligado, sobretudo, ao desenvolvimento cognitivo e

afetivo e às interações sociais estabelecidas ao longo da vida. Utilizando-se de um instrumento denominado Moral Judgment Interview (MJI), que se constitui de uma série de dilemas morais hipotéticos, o autor construiu uma tipologia na qual se organizam três grandes níveis, compostos, cada um, por dois estágios: a) o primeiro nível é o pré-convencional (estágios 1 e 2), em que há a predominância das noções egoístas, nas quais se buscam apenas os interesses pessoais; b) o segundo nível é o convencional (estágios 3 e 4), em que as noções morais se vinculam ao cumprimento das convenções sociais, para que o sujeito seja aceito e bem-visto pelos outros, logo, é uma fase heterônoma; e por fim, c) o terceiro nível é o pós-convencional (estágios 5 e 6), no qual prevalece o respeito pelas instituições sociais e pelos direitos humanos, passando para uma moral autônoma (BIAGGIO, 2002, p. 23).

Essa sequência para Kohlberg, é considerada invariante e universal, ou seja, todas as pessoas passam pela mesma sequência de estágios, independentemente do tipo de aprendizagem que recebem, no entanto nem todos alcançam os estágios mais elevados (LEPRE; MARTINS, 2009; BIAGGIO, 2002; BATAGLIA; MORAIS; LEPRE, 2010). Partindo dos estudos de Piaget e Kohlberg, Lind (2016) fala sobre Competência Moral, afirmando que esta é uma capacidade que as pessoas precisam ter para discutirem sobre diversas situações ou temas sem qualquer tipo de violência, enganação ou submissão às autoridades, conseguindo resolver seus problemas e conflitos. Para ele, é nisso que as práticas escolares devem focar, já que um dos seus principais objetivos é formar cidadãos críticos e conscientes de suas ações sobre a sociedade.

De acordo com Bataglia (2010, p. 84) o conceito de competência moral foi a princípio definido por Kohlberg em 1964 e traz a ideia de que indivíduo seja capaz de tomar decisões e de emitir juízos com base em seus

princípios internos, agindo de acordo com eles e não simplesmente com interesses e disposições momentâneas. Com base nisso, Lind (2016) aponta que, se quisermos que os indivíduos resolvam problemas e conflitos de forma adequada e justa, considerando a deliberação e o discurso, a competência moral deve ser aprendida e isso se torna uma das grandes exigências da educação, pois para haver aprendizagem moral é necessário promover o ambiente e oferecer as oportunidades necessárias para isso.

Quando falamos sobre desenvolvimento e educação moral, a família pode ser considerada o primeiro lugar de socialização da criança, mas, além dela, a escola é de fundamental importância para a manutenção ou mudança desses valores. Em concordância, Lind (2016) aponta que a família também é um espaço de aprendizagens, porém, para muitas pessoas a escola pode ser a única oportunidade de o sujeito desenvolver a competência moral. É na escola que se promove a convivência diária entre as pessoas, que se vive uma vida coletiva e se propaga valores comuns, que compõem a cultura do lugar onde se vive. Mesmo que isso ocorra de forma contraditória ou arbitrária, no ambiente escolar há a transmissão de valores e muitas vezes, sem ter o controle sobre isso, favorecendo a injustiça, a violência e o desrespeito, o que dificulta a convivência democrática e a solução de conflitos (MARQUES; TAVARES; MENIN, 2019).

Lepre (2015, p. 23) concorda que “[...] estudar a moralidade e seus desdobramentos torna-se necessário em uma época em que o excesso de discursos e a escassez das práticas ético-morais se fazem presentes”. Dá-se então, a importância da construção de personalidades autônomas. Assim, podemos dizer que os valores morais são construções humanas e referem-se a metas aspiradas pela moral. Por isso, a moralidade é reguladora das relações humanas e pode ser uma abordagem interessante para o trabalho educativo escolar.

Os Desafios da Educação no Desenvolvimento da Competência Moral

A moral, a educação e a democracia são ideais que estão intimamente ligados. Feitosa *et al.* (2013) ressaltam que a formação geral em uma democracia não se pode esgotar na transmissão de conhecimentos ou capacidades técnicas, mas deve fomentar as capacidades morais e democráticas que também são importantes para o bem-estar social. Partindo das reflexões do autor Georg Lind (2016), Morais e Assis (2015), afirmam que uma pessoa pode até possuir princípios morais e conhecer o que é justo ou não, porém, pode lhe faltar a competência para a aplicação no dia a dia em suas tomadas de decisão. O próprio Lind (2016) declara a importância da pessoa ter a habilidade de ver as implicações de uma situação concreta e aplicar regras morais sobre elas.

Ramirez e Cruz (2009) concordam que trazer questões sobre a moralidade para a escola ajuda na ampliação do processo de educar, já que promovem a reflexão e a elaboração de propostas que podem favorecer a elaboração de conflitos trazidos pelos indivíduos. Contudo, a viabilidade dessa prática não é tão simples e a escola ainda parece apresentar diversas dificuldades para lidar com tais problemáticas, principalmente, quando se prende a práticas vazias e simplistas da realidade. Pensar o desenvolvimento moral e a educação vai além de histórias que trazem um final moralizador e dividem o mundo em pessoas boas e más. Quando nos detemos a essa prática, parece que existe apenas uma decisão que é correta e o que passar disso, nos torna errados e imorais. Nesse sentido, Lind (2016) completa que não ajudamos as pessoas quando pedimos para que elas leiam contos morais, pois eles não aumentam a competência moral. Por isso, devemos utilizar a discussão de dilemas, já que na vida real, as decisões que precisamos tomar, muitas vezes, violará um ou mais princípios morais.

Não é qualquer educação que preserva a democracia. É preciso olhar além do meio em que vivemos e pensar na educação além das fronteiras, como um todo. Então, a discussão de dilemas torna-se uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento moral desde a infância (LIND, 2016). Nesse contexto, Tognetta e Assis (2006, p. 51) expõem que é preciso “[...] repensar a moral e, sobretudo, rever as formas de intolerância e de desrespeito ao outro, que constatamos estampadas em nosso cotidiano”. É necessário refletir sobre a moral e sobre a formação em valores desde a infância, desde os menores conflitos, instrumentalizando os sujeitos para que consigam lidar, mais tarde, com conflitos maiores.

Partindo desse contexto, Vinha e Tognetta (2009, p. 19) fazem uma reflexão sobre como pensar a formação moral e ética na escola, partindo de uma realidade em que professores e alunos já não se entendem mais e vivenciam conflitos constantes, que fazem com que as relações interpessoais estejam estremecidas. As autoras ressaltam que o objetivo da escola deve ser educar moralmente e formar eticamente seus alunos e que, para que haja sucesso nessa missão, é preciso compreender os conceitos de moral e ética, já que no ambiente escolar são tratados como sinônimos, mas, têm suas singularidades. Para as autoras “[...] a moral representa um conjunto de regras que nos permitem pensar em como devemos agir para o bem alheio” (p. 23). Já a ética dá sentido a uma ação realizada por alguém.

La Taille (2007, p. 31) diz que a ética “[...] se refere a uma vida boa, ou uma vida que vale a pena ser vivida”. Vinha e Tognetta (2009, p. 23) complementam essa ideia, dizendo que não basta tomar consciência de um dever moral para que nossas ações sejam justas e generosas. É preciso que queiramos fazer o bem ao outro e que isso, também nos faça sentir bem. Se o desenvolvimento da autonomia moral no ambiente escolar por

meio de relações mais justas, respeitosas e solidárias deve ser um objetivo a ser alcançado, é necessário que os educadores se sintam seguros em abordar e desenvolver conceitos pertinentes ao tema, para assim, favorecerem um contexto educativo pautado na construção de valores. Para isso, há a necessidade de os profissionais da docência conhecerem e aprofundar-se sobre tal teoria.

Lind (2016) expõe que o método de discussão de dilemas pode contribuir para que alunos e professores dialoguem de forma racional e justa, devido à possibilidade de argumentar e tomar decisões diante dos casos supostos. Ele defende que através desse método, os participantes podem expor suas ideias demonstrando que é possível um tratamento democrático, mesmo entre aqueles com opiniões diferentes. Não é necessário estar um contra o outro quando há discordância, mas é possível se relacionar pacificamente. Sendo assim, resolver os conflitos por meio de ideias e conversas uns com os outros, pode ser uma estratégia eficaz para a aprendizagem moral.

Piaget (1930, p. 24) destaca que há séculos a escola pensa ser suficiente o falar com a criança para instruí-las e para formar seu pensamento. Isso não quer dizer que de nada adianta falar com ela sobre aspectos morais, contudo, as variações do ensino da moral pela fala, muitas vezes, vêm impregnada de coação adulta e isso fortalece a heteronomia. Sendo assim, seria mais interessante considerar métodos ativos para o desenvolvimento da educação moral, evitando que os assuntos escolares sejam apenas impostos de fora, mas permitindo que o aluno experimente e redescubra, por meio da investigação, experiências morais espontâneas, vendo a escola como meio próprio para isso. O autor reforça que “[...] é importante não impor pela autoridade aquilo que a criança pode descobrir por si mesma”.

Para promover eficazmente a competência moral é preciso valorizar ideais de democracia. Muitas vezes, a escola escolhe como prática o ensino de valores e quase sempre mistura os princípios morais, as crenças religiosas e culturais e algumas preferências individuais dos educadores. Isso pode favorecer a imaturidade moral das pessoas e ser considerado como mero cumprimento de protocolo, para atender as demandas educacionais. O comportamento moral requer ideais e princípios morais e as escolas devem ter em mente que seus alunos já possuem isso. A educação moral é transdisciplinar e não deve ser limitada a um assunto em particular como em aulas de ética ou religião. Em qualquer momento, podem surgir assuntos que tragam consigo questões morais que devem ser refletidas. Contudo, muitos professores limitam-se a não discutir esses assuntos por não se considerarem preparados para isso, sentindo-se facilmente sobrecarregados pelas demandas alheias aos conteúdos obrigatórios e limitam-se apenas a sua disciplina (LIND, 2016).

Marques, Tavares e Menin (2019) discutem que é necessário traçar estratégias para que haja a eficácia da educação moral no contexto escolar. A resolução dos conflitos por meio de diálogos, de forma justa e equilibrada, requer competência para discutir e avaliar as diferentes perspectivas, além da necessidade de reconhecer as aspirações que regulamentam as condutas positivas dos sujeitos. Elas ressaltam que ao contrário de doutrinações ou imposições, um meio que seja favorável pode facilitar o desenvolvimento integral dos indivíduos. Porém, mesmo que os conflitos escolares sejam inerentes ao contexto da escola, ainda há um despreparo dos educadores que acabam agindo de maneira improvisada, baseando suas intervenções principalmente no senso comum. O sucesso ou não de uma educação moral de qualidade, também depende da forma como ela é conduzida pelos seus agentes.

Afinal, o que esperamos da escola?

A sociedade, de forma geral, é muito influente para moldar o caráter dos indivíduos, contudo, a fonte do desenvolvimento moral reside neles próprios. Dessa forma, quem deve iniciar a mudança são os próprios indivíduos agindo sozinhos ou em grupo. Se uma democracia quer preservar a si mesma e crescer, é necessário proporcionar a todos os cidadãos, através da educação, oportunidades para aplicar e praticar a competência moral. O nível dessa competência nas pessoas varia muito e em média, ela é baixa, o que indica que é preciso dar mais oportunidades para que elas se desenvolvam moralmente (LIND, 2016).

O contexto escolar é um espaço bastante propício para o desenvolvimento da moralidade, porém essa questão ainda precisa ser vista com mais empolgação pelos profissionais da educação. Educar para a vida, formar cidadãos justos, generosos, pacíficos e democráticos é uma tarefa complexa, que exige um preparo profissional. A educação moral precisaria ter a mesma importância das disciplinas escolares como língua portuguesa ou matemática, por exemplo, até porque os conteúdos morais podem surgir a qualquer momento e não devem ser evitados (TARDELI; PASQUALINI, 2011).

Um agravante para a educação é que muitas instituições perderam de vista, como uma das prioridades acadêmicas, a educação moral, dando preferência a transmissão de conteúdos acadêmicos e testes de desempenho escolar. Apesar de considerar a competência como importante, valoriza-se a memorização de fatos. Outro agravante que trava o desenvolvimento moral na escola é a falta de preparo dos profissionais para exercerem a sua profissão. Essa má formação pode deturpar a visão que os professores têm dos alunos, julgando que eles não desejam uma boa educação ou uma

interação social e justa com os outros (LIND, 2016). O autor ressalta, que uma tarefa fundamental da educação democrática é promover a capacidade de pensar e agir de acordo com os princípios morais universais, que são aceitos individualmente e que estão compatíveis com os princípios de uma sociedade democrática. A educação pode ser considerada como a principal ferramenta para o desenvolvimento da competência moral, contudo, ela deve ofertar processos pedagógicos com determinadas situações para o desenvolvimento desta competência.

Através dessa reflexão sobre o desenvolvimento da moralidade no contexto escolar, ressalta-se a necessidade de pesquisas que se atentem ao preparo dos profissionais da educação para lidarem com as questões morais que surgem no cotidiano da escola. Mais do que apontar as necessidades, seria viável propor programas de intervenção para viabilizar a prática profissional. A escola deve oportunizar os sujeitos a se desenvolverem enquanto cidadãos democráticos, que convivem em sociedade e essa missão, nem de longe, pode ser comparada a uma singela doutrinação moralizadora. Ela precisa oferecer recursos pedagógicos para isso. Mas, para que seja eficaz, é necessário que os profissionais se aprofundem sobre o assunto e conheçam estratégias que possam favorecer esse trabalho. Educação, democracia e moralidade são dimensões que estão intimamente ligadas e o processo de formação para a cidadania precisa ser revisto e mais bem explorado pelas instituições escolares.

Referências

BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A. de; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 25-32, 2010.

BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A. validação do teste de Juízo Moral (MJT) para diferentes culturas: o caso brasileiro. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v.23, n.1, p. 83-91,2010.

BIAGGIO, A. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna. 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/SEF, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

FEITOSA, H. N. *et al.* Competência de Juízo Moral dos estudantes de medicina: um estudo piloto. **Revista Brasileira de Educação Médica**, n.31, v.1, p.5-14, 2013.

KOHLBERG, L. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.

LA TAILLE, Y. de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LEPRE, R. M.; MARTINS, R. A. Raciocínio Moral e uso abusivo de bebidas alcoólicas por adolescentes. **Paidéia**, 42, 39-46, 2009.

LEPRE, R. M. Por que estudar a moralidade humana e seus possíveis desdobramentos? *In*: MARTINS, R. A.; CRUZ, L. A. N.

Desenvolvimento sócio moral e condutas de risco em adolescentes. Campinas: Mercado das letras, 2015, p. 9-24.

LIND, G. **How to teach morality, Promoting Deliberation and Discussion**, Reducing Violence and Deceit. Berlin: Editora Logos Verlag, 2016.

MARQUES, C. A. E.; TAVARES, M. R.; MENIN, M. S. S. **Valores sociomorais: reflexões para a educação (1)**. Americana, SP: Adonis, 2019.

MORAIS, A. D.; ASSIS, O. Z. M. **Desenvolvimento do juízo da competência moral em jovens universitários.** EDUCERE/ XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, Paraná 26 a 29 de outubro de 2015.

PIAGET, J. Os Procedimentos da Educação Moral. Trad. Maria Suzana de Stefano Menin. *In*: MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 1–36. (originalmente publicado em 1930).

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** 4. ed. São Paulo: Summus, 1994. (Originalmente publicado em 1932).

RAMIREZ, D. C.; CRUZ, R. M. Conflitos escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. **Revista Eletrônica de Investigacion y docência (REID)**, v.2, p.79-95, jun. 2009.

TARDELI, D. D.; PASQUALINI, A. R. B. Educação em Valores: possibilidades de intervenção pedagógica na resolução de conflitos escolares. *In*: TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Conflitos na instituição educativa: perigo ou oportunidade? Contribuições da Psicologia**, Campinas - SP: Mercado das letras, 2011. p. 191-228.

TOGNETTA, L. R. P.; ASSIS, O. Z. M. **A construção da solidariedade na escola**: as virtudes, a razão e a afetividade. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.1, p. 49-66, jan./abr. 2006.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. **Construindo a autonomia moral na escola**: os conflitos interpessoais dos valores. *Revista Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set/dez, 2009